

Ensino de Geografia e Sociedade

RAFAEL ROSSI*

Resumo: O presente texto parte dos estudos realizados a partir da tradição teórica da ontologia marxiana para explicitar a gênese histórica e ontológica da geografia e os compromissos teóricos do seu ensino. Para tanto, abordamos a práxis geográfica e seu ensino de modo articulado com o processo histórico real e com a sociedade capitalista contemporânea na qual vivemos. Como resultado, apontamos a necessidade em transmitir conhecimentos históricos respaldados na ciência e na realidade objetiva como atitudes indispensáveis para um ensino preocupado com os interesses dos trabalhadores num posicionamento humanista e emancipatório.

Palavras-chave: Geografia; Ensino; Totalidade; Sociedade.

Teaching Geography and Society

Abstract: The present text is based on studies based on the theoretical tradition of the Marxian ontology to explain the historical and ontological genesis of geography and the theoretical commitments of its teaching. To this end, we approach geographic praxis and its teaching in an articulated way with the real historical process and with the contemporary capitalist society in which we live. As a result, we have pointed out the need to transmit historical knowledge backed by science and objective reality as indispensable attitudes for teaching concerned with the interests of workers in a humanistic and emancipatory position.

Key words: Geography; Teaching; Totality; Society.



* **RAFAEL ROSSI** é Doutor em Educação pela UNESP/FCT de Presidente Prudente (SP). É docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – em Campo Grande (MS) e atua na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências.



Introdução

É muito comum a preocupação com o que ensinar na Geografia em sala de aula, nas escolas públicas de modo significativo e relevante. Esta é uma temática profundamente ampla e cheia de nuances. Nosso objetivo com o presente texto é apresentar uma reflexão sobre a necessidade de estudo e de transmissão de um conhecimento efetivamente científico e histórico a respeito da relação entre geografia e sociedade.

Em primeiro lugar, antes de avançar, é preciso deixar claro que todo autor ou professor de Geografia possui, mesmo sem ter plena consciência disso, de modo explícito ou não, uma concepção de mundo, de ser humano e de sociedade. Em todo texto, aula e pesquisa, desse modo, está presente uma determinada orientação ideológica. Ideologia aqui não está sendo entendida como sinônimo de falsa consciência, mas sim a partir do entendimento de

Lukács em sua monumental *Ontologia*, enquanto “forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Não é nosso intuito, neste texto tratar da questão ideológica, pois foge ao espaço de que dispomos e, também, já tratamos disso em outros escritos como Rossi e Rossi (2018) e Rossi (2016).

A ideologia, dessa maneira, é o conjunto de concepções que orientam efetivamente a prática social perante um determinado conflito. Com efeito, é sempre importante termos clareza de qual a concepção de mundo, de sociedade e de ser humano que estamos pesquisando e ensinando.

Em segundo lugar, para discutir o ensino de Geografia é indispensável o estudo da geografia enquanto dimensão, enquanto práxis da vida humana e social. Só depois de efetivada esta reflexão com base no processo de autoconstrução humana, poderemos

entender de modo preciso a origem da ciência geográfica. Antes da Geografia se complexificar como um ramo específico da ciência, ela se conforma numa práxis inerente a qualquer grupo humano. Este debate, em geral, é abandonado no ensino desta disciplina.

Em terceiro lugar, temos ainda que estudar a origem e o modo de funcionamento da sociedade capitalista contemporânea, pois é este o solo social em que a geografia e o seu ensino atuam concretamente. Desprezando esta reflexão, tenderemos a desconsiderar quais as possibilidades reais de contribuição da práxis geográfica e do seu ensino num sentido positivo do ponto de vista humano e não mercadológico.

A estruturação deste texto, por sua vez, se baseia em mais dois momentos. No primeiro momento apresentaremos as bases históricas e reais de constituição e da função que a geografia desempenha no processo de reprodução das sociedades. No segundo momento, por sua vez, demonstramos dois princípios absolutamente indispensáveis para o ensino geográfico numa postura crítica (que agarre os fundamentos): a transmissão do que de mais elevado a humanidade produziu e a consideração do processo histórico e da dinâmica da sociedade capitalista contemporânea.

Geografia: origem, natureza e função social

Para entendermos o que é a geografia não devemos partir, primeiramente, das definições e dos debates construídos pelos diversos geógrafos. Isso é válido e importante, mas apenas depois de termos compreendidos, mesmo que brevemente, qual é o momento em que

surge a humanidade e por quais processos.

Como já afirmamos na introdução, cada autor, no caso em questão, cada pesquisador em Geografia, possui, mesmo que implicitamente, uma concepção de mundo, de ser humano e de sociedade. Se partirmos, de imediato, das concepções que cada geógrafo apresenta sobre a origem da geografia, inevitavelmente, cairemos num impasse: qual autor estaria correto? Todos?

Este alerta metodológico que estamos traçando é fundamental: em primeiro lugar, devemos recorrer ao processo de autoconstrução humana, ou seja, ao momento em que surge a humanidade no planeta Terra e, a partir disso, buscar a gênese histórica da dimensão geográfica que estamos estudando. Trata-se de buscar a origem, a natureza e a função social que determinado fenômeno exerce. Em outras palavras, investigar a “função que determinada atividade humana, determinada dimensão social tem na reprodução do ser social” (TONET, 2007, p. 05).

Dito isto, vamos ao debate. O ser social, isto é, a humanidade, surge, efetivamente, quando os indivíduos desenvolvem a capacidade em efetivar atos de trabalho. Não se trata de alguma forma típica de trabalho, como o trabalho assalariado. Estamos nos referindo à atividade intencional de transformação da natureza para a produção das condições materiais da existência social.

A vida humana não é simplesmente dada pela natureza. Os seres humanos precisam transformar a natureza para produzir seus meios de produção e de subsistência. Lukács (2013), por

exemplo, faz alusão à construção de uma casa. A casa é uma construção eminentemente humana, histórica e social. Do próprio movimento da natureza, de uma madeira ou de uma pedra não deriva mecanicamente uma casa. É preciso a atividade intelectual e manual, articuladas de modo intencional, por meio do trabalho, para que uma construção como esta se efetive. Este é o sentido do trabalho presente em todas as sociedades. Não existe grupo humano que possa sobreviver e se reproduzir sem a efetivação de atos de trabalho. Desse modo, esta atividade se configura num “intercâmbio entre o homem e a natureza através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana” (TONET, 2015, p. 205).

O próprio trabalho, para existir, precisa estar em meio a relações sociais e linguagem. Todavia, é apenas o trabalho que funda as demais dimensões que compõe a vida social (educação, arte, filosofia, ciência, ideologia etc.). Por que isso ocorre? Em primeiro lugar, em razão do fato de que todas as demais atividades já se manifestam de modo necessariamente social, com uma sociabilidade já constituída, operando na interação dos homens entre si. Apenas o trabalho, possui um caráter intermediário entre a sociedade e a natureza. Em segundo lugar, porque, como nos explica Lukács (2013), com o trabalho surge, pela primeira vez, uma articulação inteiramente nova entre consciência e realidade que não se faz presente no ser orgânico.

Algumas teorias, por exemplo, imputam à consciência uma supervalorização desmedida. Outras, por seu turno, desprezam qualquer contribuição que

possa ser oriunda da subjetividade, ou seja, da consciência. Lukács, ao examinar a categoria do trabalho enquanto fundante do ser social, explica-nos que 1) a consciência possui um papel ativo na produção da vida social; 2) a consciência precisa refletir corretamente sobre a realidade para poder transformá-la e; 3) as possibilidades reais para a intervenção prática não é dada pela consciência, mas pela realidade objetiva. Pensemos, ainda, no exemplo da casa. A consciência humana é indispensável para a organização do projeto de construção e, por isso mesmo, ela deve refletir sobre os elementos da própria realidade para efetivá-la. Contudo, os elementos para a construção da casa são delimitados pela própria realidade objetiva e não pela consciência. Se a consciência abandonar o papel de refletir corretamente aquilo que se faz presente diretamente na realidade, terminará por exigir dela algo que é impossível em ser concretizado, objetivado.

É justamente a partir desta articulação inteiramente nova que podemos observar a gênese da práxis geográfica. Caberá à geografia a produção e reprodução do espaço geográfico. Esta é a sua *função social*, em sentido histórico. A natureza não produz o espaço geográfico. Ela nos fornece os elementos naturais que, após a transformação humana irão compor o espaço de vida, de reprodução, de cultura, educação, política etc. que irão consubstanciar a vida humana. Em outras palavras:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não

considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39)

O espaço geográfico, com efeito, engloba a natureza e a ação organizada conscientemente pela transformação prática do homem, mudando ao longo da história. Todo espaço geográfico guarda expressões do passado e interferências da sociedade atual em que se dinamiza e atua. Para Moreira:

A geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analíticas do homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza – portanto consigo mesmo – no vir-a-ser do processo evolutivo da história. Refere-se, pois, à contextualidade e existencialidade – diremos à geograficidade – espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali de acordo com as estruturas da história. (MOREIRA, 2004, p. 22-23)

É específico da práxis geográfica, da sua natureza, a complexificação e o desenvolvimento do espaço geográfico, englobando lugares, paisagens, regiões e territórios. Todavia, este mesmo espaço geográfico sofre interferência e interfere na totalidade social em que se encontra. *Totalidade social* é a síntese das várias interações que as dimensões humanas desempenham entre si. Vivemos no capitalismo, então, a totalidade social capitalista interfere na

produção do espaço geográfico e sofre, também, interferência deste último. Contudo, é sempre importantíssimo lembrar: as possibilidades reais e concretas para a transformação significativa do espaço geográfico são dadas não pelos geógrafos, mas pela totalidade social. Querer, portanto, outro espaço geográfico que atenda os reais interesses e as autênticas necessidades humanas, no âmbito da totalidade social capitalista é uma impossibilidade. Por isso, é necessário o estudo da constituição e funcionamento desta forma de sociedade em que produzimos o espaço geográfico contemporâneo e o ensinamos.

Sociedade capitalista e o Ensino de Geografia

Vivemos na sociedade capitalista. Isto não é discurso “de esquerda”, nem invenção de algum marxista qualquer. Trata-se de uma constatação real, que emana da própria objetividade. O capitalismo, num longo processo secular, consolidou, fundamentalmente (mas não exclusivamente) duas classes sociais: os capitalistas (donos dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e que vivem da exploração do trabalho alheio) e a classe trabalhadora (composta por trabalhadores que efetivamente transformam a natureza com o seu trabalho, por exemplo, os metalúrgicos e, também, por atividades que não estão transformando a natureza, mas que contribuem para a valorização do capital, como, por exemplo, professores de uma escola particular).

Toda sociedade possui como fundamento uma determinada forma de trabalho. O trabalho escravo fundava a totalidade social escravista, o trabalho servil fundava a totalidade social feudal

e o trabalho assalariado funda a totalidade social no capitalismo. Na aparência, o trabalho assalariado apresenta uma relação supostamente de igualdade: o trabalhador vende a sua força de trabalho durante o período de uma determinada jornada de trabalho e recebe em troca um salário. Todavia, como a pesquisa de mais de 40 anos de Marx nos demonstra, o trabalho assalariado mostra uma *igualdade formal*, baseada numa *desigualdade real*.

Pensemos naqueles trabalhadores que estão efetivamente produzindo mercadorias. Uma parte da jornada de trabalho, estes proletários geram um valor que corresponde ao que recebem sob a forma de salários. Todavia, eles não param neste ponto e retornam apenas no próximo mês. Eles continuam produzindo o mês ou a semana inteira. Com isso, foi gerado um valor imenso, muito maior do que o que receberam de salário. Este imenso valor foi apropriado pelos capitalistas privadamente. Trata-se da *mais-valia*. Por isso que: “A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia” (MARX, 1996, p. 138). Alguns dados para ilustrar o que estamos debatendo: somente 8 homens têm a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. O 1% mais rico da população detém uma riqueza maior que os outros 99% juntos! No Brasil os 6 bilionários mais ricos detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre de nossa população – cerca de 100 milhões de pessoas. (OXFAM, 2017).

Isto não é pouca coisa. Se uma sociedade, seja ela qual for, é baseada numa forma de trabalho que possui a exploração do homem pelo homem, todas as demais dimensões da vida humana sofrerão impacto desta desigualdade social. Pobreza, miséria, concentração de renda, desigualdades e destruição ambiental não são acidentes ou defeitos da sociedade capitalista. Ao contrário, fazem parte da sua própria dinâmica e desenvolvimento. Produção acelerada de riqueza, deliberada de pobreza e universalização da barbárie, este é o *modus operandi* incontrollável desta sociedade. Ou seja:

A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996, p. 275).

Perante todo este panorama abordado brevemente, o que podemos fazer no ensino de Geografia? Em primeiro lugar, entendermos de modo realista o que é a educação. Trata-se de uma dimensão social responsável pela transmissão e apropriação de conhecimentos, valores, habilidades, comportamentos e ideologias perante as demandas de uma determinada totalidade social. Em outras palavras: a educação diz respeito a um processo que permite “ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social” (TONET, 2015, p. 207).

Um ensino de Geografia preocupado com os interesses dos trabalhadores e não dos capitalistas, deve transmitir, em

primeiro lugar, a especificidade da geografia e a sua relação com a totalidade social contemporânea. O espaço geográfico não é desigual, destrutivo e alienante por sua própria natureza. Essa é a influência e o impacto que o capitalismo promove sobre o processo de produção de nossos ambientes urbanos e sobre o campo também. Para explicar esta temática é preciso partir dos fundamentos: explicar o que é o trabalho, como foi o processo histórico de construção das sociedades primitivas, das sociedades escravistas, feudal e capitalista. Este não é um conteúdo exclusivo da história. Um professor de Geografia comprometido com os trabalhadores deve transmitir esse conhecimento histórico, focando na questão da produção do espaço geográfico em suas várias articulações com as demais dimensões sociais.

Por outro lado, a arte também apresenta grandes potencialidades. Todavia, frise-se bem que estamos nos referindo à verdadeira obra de arte. Na esteira de Lukács, entendemos que nem tudo que é manifestado culturalmente se configura na arte. Para isso é preciso uma função social bem específica: conectar o indivíduo com o gênero humano para além das alienações mais imediatas presentes na realidade objetiva. Isto é:

A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, mas não representa esses momentos essenciais de maneira abstrata, ou seja, suprimindo os fenômenos ou contrapondo-os à essência; ao contrário, **ela apreende exatamente aquele processo dialético pelo qual a essência se**

transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência. Por outro lado, esses momentos singulares não só contêm neles mesmos um movimento dialético, que os leva a se superarem continuamente, mas se acham em relação uns aos outros numa permanente ação e reação mútua, constituindo momentos de um processo que se reproduz sem interrupção. **A verdadeira arte, portanto, fornece sempre um quadro de conjunto da vida humana, representando-a no seu movimento, na sua evolução e desenvolvimento.** (LUKÁCS, 2010, p. 26, grifos nossos)

A arte, portanto, fornece um determinado tipo de conhecimento que possibilita o indivíduo se enxergar enquanto membro de um processo histórico efetivado pela ação dos próprios seres humanos e não por potências transcendentais. Relacionar o quadro “*Guernica*” de Picasso com a transformação do espaço geográfico europeu pela disputa imperialista da guerra é uma atividade de ensino de Geografia, por exemplo, extremamente relevante em ser realizada numa postura que atenda aos interesses dos trabalhadores.

Por outro lado, o conhecimento científico que aborde a realidade como ela é em seu movimento histórico essencial também é indispensável para o ensino de Geografia e sociedade. Quando se aborda a “questão agrária” no ensino de Geografia, por exemplo, é muito comum posturas idealistas se fazerem presentes neste tocante. Apresenta-se o campo como lugar apenas do grande latifundiário, como

um lugar de felicidade para os trabalhadores etc. numa visão extremamente romântica. Raríssimas são as atividades neste conteúdo que mostram que o agronegócio não está desvinculado da lógica de reprodução do capital e que grande parte da destruição ambiental é efetivada pelo agronegócio. O desmatamento entre agosto de 2015 à julho de 2016 foi de 7989 km², 29% maior que o período anterior. A estimativa é de que essa destruição tenha liberado na atmosfera 586 milhões de toneladas de carbono equivalente – o mesmo que 8 anos de emissões por todos os automóveis no Brasil. (GREENPEACE, 2016).

Abandonando do horizonte de nossa análise e de nossas aulas a consideração e o estudo do processo de autoconstrução humana em suas possibilidades e seus obstáculos, provavelmente desenvolveremos um ensino de Geografia conectado com as demandas de reprodução do capital, de modo romantizado, idealista e fragmentado.

Considerações finais

Neste texto tratamos da gênese histórica e essencial da práxis geográfica. Para tanto, voltamos nossa análise para a consideração do processo histórico de autoconstrução humana. Verificamos que com o trabalho, no sentido de transformação da natureza para a produção dos meios de produção e de sobrevivência, abriu-se o surgimento do ser social/humanidade. Além disso, o trabalho funda todas as demais dimensões da vida humana.

A geografia será a práxis responsável pela produção e reprodução do espaço geográfico. Será a totalidade social, enquanto síntese das múltiplas

interações sociais, o campo de possibilidades e demandas para o espaço geográfico atuar. O ensino de Geografia, portanto, deve pressupor a transmissão e a apropriação dos conhecimentos científicos, históricos, filosóficos e artísticos mais desenvolvidos que a humanidade já produziu para o desenvolvimento de ações educativas conectadas com os reais interesses humanistas dos trabalhadores. Isto é extremamente difícil em ser realizado nas escolas públicas na atualidade. Contudo, são atividades como essas que permitem-nos compreender criticamente a realidade objetiva em seu movimento de constituição e estruturação para além das superficialidades e banalidades presentes em várias “pedagogias do aprender a aprender” (DUARTE, 2001).

Referências

- DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 35-40, 2001.
- GREENPEACE. **Desmatamento dispara na Amazônia**. 2016. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Desmatamento-dispara-na-Amazonia/>> Acesso: jun. 2017.
- LUKÁCS, G. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.
- MARX, K. **O Capital – Livro Primeiro, Tomo II**. São Paulo: Nova Cultural: 1996.
- MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (A geografia e o diálogo das Ontologias). **GEOgraphia** – vol. 6, no. 11, pp. 21-37, 2004.
- OXFAM. **Queremos uma economia para todas as pessoas, não apenas para 1%**. 2017. Disponível em:

<<https://actions.oxfam.org/brasil/pt/actions/davos2017/?gclid=CMvNraqWzdQCFUZAhgodClcJ5w>> Acesso: jun. 2017.

ROSSI, R. Educação e Ideologia: Uma análise ontológica. **Revista Filosofia e Educação**, vol. 08, n. 02, p. 141-166, 2016.

ROSSI, R.; ROSSI, A. C. S. Trabalho, Ideologia e Emancipação Humana. **Revista Germinal**, vol. 10, n. 01, p. 250-258, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

TONET, I. **Um novo horizonte para a Educação**. Conferência pronunciada no I Congresso de Ontologia do Ser Social e Educação, promovido pelo IBILCE – UNESP – São José do Rio Preto em nov/dez 2007. Disponível em: < <http://ivotonet.xp3.biz/> > Acesso: dez. 2017.

TONET, I. Educação e Ontologia Marxiana. **Revista Trabalho & Educação**, vol. 24, n.01, p. 201-213, 2015.

Recebido em 2018-05-29

Publicado em 2018-09-18